

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2015

09:30 Horas

ORDEM DO DIA

09:30 Horas -

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de lei n.º 271/XII/4.^a (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro n.os 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido;

Relator - Deputado António Gameiro (PS)

Proposta de lei n.º 272/XII/4.^a (GOV) - Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados-membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro n.º 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009;

Relator - Deputado António Filipe (PCP)

Proposta de lei n.º 273/XII/4.^a (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal;

Relator - Deputado António Gameiro (PS)

Proposta de lei n.º 274/XII/4.^a (GOV) - Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2009/315/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto;

Relatora - Deputada Cecília Honório (BE)

4. Apreciação e votação do relatório elaborado no âmbito da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro - "Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade";

Relator - Deputado Carlos Peixoto (PSD)

5. Ratificação das votações indiciárias na especialidade realizadas no Grupo de Trabalho - Direito de Autor e Direitos Conexos sobre as seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de Lei n.º 245/XII/3.^a (GOV) - Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu;

Proposta de Lei n.º 246/XII/3.^a (GOV) - Proceda à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada;

Proposta de Lei n.º 247/XII/3.^a (GOV) - Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos;

6. Admissão e distribuição de petições, designadamente:

Petição n.º 464/XII/4.^a - "Pela inconstitucionalidade e ilegalidade da pretensão legislativa de incompatibilizar o exercício das funções de agente de execução com o exercício do mandato judicial pelos advogados";

7. Apreciação e votação das atas n.os 29 a 34/XII/4.^a, correspondentes às reuniões de 6 a 30 de janeiro de 2015;
8. Outros assuntos.

11:00 Horas - Audição da Ministra da Administração Interna, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.